

Incra propõe convênio para titulação de terras

O GDF poderia firmar um convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como forma de implementar o processo de regularização e titulação das terras públicas rurais. A proposição foi feita pelo diretor de Recursos Fundiários do Incra, Altir de Souza Maia, um dos participantes do simpósio "Destinação de Terras Públicas Rurais do DF" a proferir sua palestra ontem pela manhã.

Para Altir, o governo poderia aproveitar a larga experiência do Incra, adquirida ao longo de 27 anos, na questão da regularização fundiária. "A intenção do governador em titular as terras públicas rurais é procedente, e ele está muito, seguro e determinado na sua posição", acredita o diretor, autor de um dos projetos a respeito da titulação definitiva em tramitação na Câmara Legislativa.

Em sua avaliação, Altir conta que a corrente de defesa à titulação definitiva argumenta que somente esta medida daria ao homem do campo a segurança dominial necessária para que ele possa investir maciçamente e aumentar a produção na sua área. "Os que são contra à medida se fundamentam em quatro itens principais: a especulação imobiliária, o desmembramento das glebas, a absorção do pequeno pelo grande produtor e o favorecimento daqueles que não cum-

prem o plano de utilização do solo", afirmou.

Para cada um dos quatro argumentos Altir contra-argumentou, afirmando que para coibir a especulação basta alienar a terra com o gravame decorrente do preceito constitucional, de que durante dez anos essa área seria inegociável, inclusive em termos de desmembramento. "A defesa do pequeno há de se fazer a partir do próprio preço da terra, com o coeficiente de dimensão influenciando diretamente no preço da parcela", afirmou, acrescentando que deve constar em todos os projetos a retomada da terra que fugir ao plano de utilização de solo.

Com relação a estes aspectos, eles foram corroborados pelo professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Diógenes Gasparini. "No caso de descumprimento da função produtiva da terra, o melhor seria rescindir o contrato de concessão e retomar a terra para posterior venda através de licitação", avaliou o jurista. "É preciso também criar na lei dispositivos que proíbam a venda por um período não inferior a dez anos ou o desmembramento da gleba". Gasparini é favorável também à doação da terra ao produtor que não tenha condições de comprá-la, mas comprove que esteja cumprindo o plano de utilização do solo, a exemplo do que é feito em outros estados.

Mobilização — Após a carreata que marcou, nesta terça-feira, a abertura do simpósio sobre a destinação das terras públicas rurais, os produtores agrícolas realizam outra carreata hoje, em seu encerramento, desta vez partindo da Asbac em direção à Câmara Legislativa.

O principal objetivo da visita é sensibilizar os deputados distritais com relação às reivindicações dos produtores. "O produtor está deixando de permanecer na sua terra produzindo para estar na cidade reivindicando um direito seu", afirmou Castanheira, "agora, é importante que os deputados, como nossos representantes, atendam a esse anseio".

Hoje também será entregue ao governador Joaquim Roriz um abaixo-assinado com mais de quatro mil assinaturas, pedindo principalmente a titulação definitiva das terras. As entidades representativas dos produtores também elaboraram um documento, onde sugerem o pagamento, apenas simbólico por parte do pequeno produtor, a desvinculação das benfeitorias do valor da terra, a definição de um prazo de carência para o início do pagamento e se colocam contra o desmembramento, a extensão da titulação a quem não cumpri o plano de utilização do solo e a favor da manutenção dos recursos naturais das propriedades.